



Governo do Distrito Federal
 Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal
 Coordenação de Compras, Contratos e Convênios
 Gerência de Contratos e Convênios

Ata de Registro de Preços n.º n.º 01/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 05/2023

PROCESSO SEI N.º [00090-00033704/2020-95](#).

VALIDADE: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF.

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.394.726/0001-56, localizada no Setor de Autarquias Sul, SAUS Quadra 01 Bloco G Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília/DF, neste ato representada por **ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES**, brasileiro, portador do RG n.º 5.103.657 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 352.374.651-53, na qualidade de Secretário de Estado, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993, combinado com a Lei Distrital n.º 938/1995, Lei Distrital n.º 2.340/1999, os Decretos Distritais n.º 33.598/2012 e n.º 39.103/2019 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços n.º 05/2023 ([131307677](#)) e o respectivo Termo de Homologação ([135711386](#)), RESOLVE registrar o preço ofertado pela empresa **AS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.700.934/0001-39, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro de preços e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de serviços referentes à **Implantação de abrigos reduzidos de passageiros de ônibus na área atendida pelo Sistema de Transporte Público do Distrito Federal**". Conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência ([131006815](#)), Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 05/2023, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo n.º [00090-00033704/2020-95](#), que está sintetizado no quadro abaixo:

Item	Descrição	Empresa	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Implantação de Abrigo Reduzido de 2 metros - Tipo 2 (2,00 x 3,00)	AS ENGENHARIA LTDA	850	12.192,39	R\$ 10.363.531,50

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF.

2.2. Qualquer contratação oriunda desta Ata deverá ser efetivada somente durante o prazo de vigência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou o gerenciamento, da presente Ata caberá à SEMOB.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA PARTICIPAÇÃO E DA ADESÃO À ATA

4.1. Nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e Decreto Distrital n.º 39.103/2018, esta Ata de registro de preços, durante sua vigência, desde que devidamente justificada, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da SEMOB.

4.2. As aquisições e/ou contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. A SEMOB somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão participante do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

4.4. Após a autorização da SEMOB, o órgão não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não-participantes que venham a aderir.

4.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O preço ofertado, a especificação, empresa e o representante legal, encontram-se enunciados na presente Ata.

5.2. A demanda está sendo estimada e está justificada através do Documento de Oficialização da Demanda DOD ([119608520](#)), que deu origem ao processo licitatório.

5.3. As quantidades dos serviços a serem executados estejam definidas nos projetos, bem como, as suas respectivas configurações, com boa e adequada margem de precisão.

5.4. Os equipamentos a serem implantados serão definidos após aprovação dos locais de instalação, bem como, de acordo com a demanda.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de prestação do serviço será de acordo com a Ordem de Serviço emitida pela Comissão Executora do contrato a ser firmado entre a SEMOB e a AS ENGENHARIA LTDA.

6.2. As Ordens de Serviços serão emitidas, sob demanda, por lotes de abrigos a serem instalados.

6.3. Para cada Ordem de Serviço a contratada elaborará, antes da implantação dos abrigos e da acessibilidade, NOTA DE SERVIÇO que especificará os quantitativos de serviços, materiais e custos requeridos para cumprimento da Ordem de Serviço. A NOTA DE SERVIÇO deverá informar o prazo para conclusão das implantações especificadas na Ordem de Serviço, não podendo ser este prazo superior a 60 dias.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília - BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela Unidade requisitante mediante apresentação das respectivas notas fiscais, ou após a sua reapresentação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a SEMOB consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

7.2.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

7.2.2. Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal n.º 8.302/2014);

7.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011);

7.2.4. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

7.2.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal.

7.2.5.1. Também poderão ser aceitas certidões positivas com efeitos de negativa para os documentos fiscais acima.

7.2.5.2. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

7.4.1. A multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011. Ficam excluídas desta regra as empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que vencerem o processo licitatório no âmbito do DF.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO

8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações, mediante autorização da SEMOB observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente, principalmente o Decreto Distrital n.º 39.103/2018.

8.2. Por ocasião da celebração do contrato, será exigido da licitante a prestação de uma das seguintes garantias estabelecidas no Edital:

8.2.1. caução em dinheiro

8.2.2. caução em títulos da dívida pública;

8.2.3. seguro-garantia;

8.2.4. fiança bancária.

8.2.4.1. A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme § 2º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.

8.2.4.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante detentora da Ata:

8.3.1. Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

8.3.2. Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

8.3.3. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;

8.3.4. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei, no Edital e nesta Ata de Registro de Preços a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

8.4. A empresa deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Cada contratação deverá ser efetuada mediante autorização da SEMOB.

9.2. O prestador se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão SRP n.º 05/2023, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital.

9.3. Serão de responsabilidade do concorrente que tiver seu preço registrado o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto n.º 26.851/2006 e alterações posteriores, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002 e alterações posteriores.

10.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital e nesta Ata ou nos contratos decorrentes de sua adesão, em face do disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

11.1. Não cabe reajuste de preços em sentido estrito nesta ata de Registro de Preços.

11.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

11.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

11.1.2.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

11.1.2.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, frustrada a negociação; e

11.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

11.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2. É vedado efetuar acréscimos aos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o que consta do § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será prestado consoante o disposto no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, alterada, e demais normas pertinentes.

12.1.1. A Subsecretaria de Terminais criará comissão para a fiscalização da execução contratual com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

12.2. A Subsecretaria de Terminais reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade na prestação dos serviços, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as previsões contidas no edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pela SEMOB, mediante comunicação da Unidade requisitante, quando:

13.1.1.1. a detentora não cumprir as obrigações dela constantes;

13.1.1.2. a detentora não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido e a Unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e o detentor da Ata não aceitar reduzi-los;

13.1.1.6. Se a detentora sofrer qualquer das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e demais normas pertinentes;

13.1.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado pela Administração.

13.1.2. Pela detentora, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei n.º 8.666/1993, com as respectivas alterações posteriores.

13.1.2.1. A solicitação da detentora para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à SEMOB, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.2. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a detentora dos preços registrados será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.2.2. Fica estabelecido que as detentoras dos preços registrados deveram comunicar imediatamente à SEMOB, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

13.2.3. Se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço, com aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Lei Distrital n.º 5.061 de 08.03.2013 – Parecer n.º 343/2016 – PRCON/PGDF).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

14.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelos órgãos participantes do sistema de Registro de Preços, bem como as demais entidades da Administração Pública do Distrito Federal e autorizadas, caso a caso, pela SEMOB, sendo posteriormente devolvidas aos Órgãos para respectiva emissão da correspondente Nota de Empenho.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão SRP n.º 05/2023 e seus anexos, bem como as propostas com preços e especificações dos serviços.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores e com as demais normas aplicáveis, aplicando-se subsidiariamente os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes.

ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Secretário de Estado

TÚLIO VILASBOAS REIS
AS ENGENHARIA LTDA
Representante Legal

PROCESSO N.º 00090-00033704/2020-95
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 0005/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 001/2024

EMPRESA: AS ENGENHARIA LTDA				
CNPJ: 17.700.934/0001-39	INSCR. ESTADUAL: Isento	BANCO: 104 - CAIXA	AGÊNCIA: 3770	CONTA-CORRENTE: 00821-3
TELEFONE: (71) 3011-8137	CELULAR: (71) 99.294-3362	ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves Lote n.º 620 Sala 1404 e 1405, Caminho das Árvores, Salvador/BA - CEP: 41.820-020		
REPRESENTANTE LEGAL: TÚLIO VILASBOAS REIS	FUNÇÃO: Administrador	R.G.: 05.955.000-72 SSP/BA	CPF: 806.040.055-04	

LOTE ÚNICO – ITEM ÚNICO:

ITEM	QUANT. ESTIMADA	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	850	Abrigos	Implantação de Abrigo Reduzido de 2 metros - Tipo 2 (2,00 x 3,00)	R\$ 12.192,39	R\$ 10.363.531,50



Documento assinado eletronicamente por **Túlio Vilasboas Reis - RG nº 595500072 - SSP-BA, Usuário Externo**, em 19/03/2024, às 11:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES - Matr.0275238-7, Secretário(a) de Estado de Transporte e Mobilidade**, em 19/03/2024, às 12:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **135750444** código CRC= **8FFBA587**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): (61)3043-0408
Sítio - www.semob.df.gov.br

00090-00033704/2020-95

Doc. SEI/GDF 135750444

Criado por 01002842785, versão 13 por 01002842785 em 18/03/2024 13:26:32.